

A. I. Nº - 924172-8/02
AUTUADO - COMERCIAL DE CEREAIS ARAGUAIA LTDA.
AUTUANTE - LAUDIONOR SAMPAIO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 01/10/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0335-03/02

EMENTA: ICMS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ESTOCAGEM DE MERCADORIAS ENCONTRADAS NO ESTABELECIMENTO SEM NOTA FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. É legal a exigência do imposto do detentor das mercadorias em situação irregular, atribuindo-se-lhe a condição de responsável solidário, por ter adquirido mercadoria de terceiro desacompanhada de documentação fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 19/06/02, pela fiscalização de trânsito de mercadorias, para exigir o ICMS no valor de R\$978,50, acrescido da multa de 100%, em decorrência da estocagem no estabelecimento do contribuinte, sem documentação fiscal, de 135 sacos de açúcar cristal da marca Goiasa/Goianésia e de 300 garrações (4,6 litros) de vinho tinto da marca São Roque, conforme o Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos nº 050530 acostado à fl. 2.

O autuado apresentou defesa (fl. 6), inicialmente reconhecendo o débito no valor de R\$405,00, tendo em vista que os garrações de vinho estavam realmente desacompanhados da documentação fiscal; contudo, alega que o autuante deixou de considerar a Nota Fiscal nº 00085 de aquisição, emitida pela empresa Marquezão Atacadista de Cereais Ltda em 11/04/02, de 100 sacos de açúcar, conforme o documento acostado à fl. 9. Pede a procedência em parte do lançamento, no valor de débito de R\$553,75.

O auditor designado para prestar a informação fiscal (fls. 16 e 17), argumenta que “não assiste razão à Autuada”, haja vista que o item açúcar foi perfeitamente discriminado no Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos nº 050530, mencionando a marca “Goiasa/Goianésia”, sendo que a nota fiscal de aquisição não foi apresentada no momento da ação fiscal.

Aduz que o documento fiscal ora acostado pelo contribuinte não possui nenhuma vinculação com a mercadoria apreendida e nada indica que se trata da mesma mercadoria. Opina pela manutenção do Auto de Infração.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir o ICMS, em razão de terem sido encontradas, no estabelecimento do autuado, mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal.

Para documentar a contagem física do estoque, o autuante lavrou o Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos nº 050530 acostado à fl. 2, o qual descreve as mercadorias da seguinte forma:

Mercadorias	Marca, qualidade, tipo ou modelo	Volume	Quantidade
Açúcar Cristal	Goiasa/Goianésia	SC	135
Vinho Tinto	São Roque 4,6 litros	GF	300

O autuado reconhece, em sua peça defensiva, que não possuía as notas fiscais de aquisição do “Vinho Tinto”, mas alega que o autuante deixou de considerar a Nota Fiscal nº 0085 (fl. 9) de aquisição de 100 sacos de açúcar.

Examinando a nota fiscal acostada pelo autuado, à fl. 9, constato que foi emitida dois meses antes da data da ação fiscal (11/04/02) e contém a seguinte descrição: “100 sacos de Açúcar Cristal 50x1”. Como não há a indicação da marca da mercadoria é impossível efetuar a vinculação deste documento fiscal com a mercadoria apreendida, a qual estava perfeitamente discriminada, no citado Termo de Apreensão, como “açúcar cristal da marca Goiaba/Goianésia”. Sendo assim, entendo que o contribuinte não conseguiu elidir a acusação fiscal, devendo ser mantido o lançamento, mesmo porque não foram impugnados, pelo sujeito passivo, os valores apresentados pelo autuante a título de base de cálculo.

Pelo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 924172-8/02**, lavrado contra **COMERCIAL DE CEREAIS ARAGUAIA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$978,50**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “b”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de setembro de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR